

Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

PF na cobrança I

A mensagem do delegado da Polícia Federal Bruno Calandrini, reclamando de interferência na operação Acesso Pago, ampliou o espírito de defesa da carreira e da autonomia dos delegados da PF. Para evitar que casos como esse se repitam, vem aí uma nova investida dos policiais para que o Congresso aprove a autonomia administrativa e financeira da PF, além de mandato para o diretor-geral.

PF na cobrança II

A avaliação é de que, com esses dois projetos, que já tramitam no Congresso, ninguém vai interferir nas investigações. Até aqui, porém, o Parlamento não tem demonstrado muita pressa em aprovar as propostas.

Retira aí!

O fim de semana será intenso, com o governo trabalhando no sentido de tentar retirar assinaturas da CPI do MEC. É que, embora o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, considere inoportuna a instalação de uma CPI nesta altura do campeonato eleitoral, fica difícil ele não instalar, se o pedido cumprir todos os requisitos regimentais.

Histórico

Pacheco seguiu a CPI da Saúde no passado e se viu obrigado a instalar a CPI por ordem do Supremo Tribunal Federal (STF).

Para além da soltura

De posse do mandato de segurança concedido pelo desembargador Ney Bello, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a defesa do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro pretende vasculhar os autos para saber se há prefeitos sob investigação na "Acesso Pago", que levou o ex-ministro e pastores para a cadeia. É que, se houver gestores municipais no inquérito, o caso deve ficar a cargo do Tribunal Regional Federal (nessa situação específica, o TRF-1), porque é a instância que cabe tratar de processos envolvendo prefeitos no exercício do cargo. Na advocacia, há quem diga que, se o juiz Renato Borelli não deu acesso aos autos, o que foi considerado um erro, pode também estar com os prefeitos sob sua mira, extrapolando a sua competência. Até aqui, o juiz não deu sinais de que está investigando prefeitos.

» » »

Vale lembrar que, a questão da competência para investigar foi o que levou o caso do ex-presidente Lula à estaca zero, antes de o Supremo Tribunal Federal julgar a suspeição do ex-juiz Sergio Moro.



Tensão no Parlamento

Parlamentares que apoiam o presidente Jair Bolsonaro começam a ficar preocupados. É que até aqui nada melhorou substancialmente a performance do pré-candidato nas pesquisas eleitorais.

A Zema da eleição nacional

A equipe de Simone Tebet, a pré-candidata do MDB que mantém 1% no Datafolha desta semana, acredita que, se Bolsonaro continuar nesse patamar e sem mudanças na situação econômica do país, será possível tirar o presidente do segundo turno. Em Minas Gerais, Romeu Zema tirou Fernando Pimentel (PT) do segundo turno em 2018 e venceu a eleição. Desta vez, o MDB nacional considera que é mais fácil tirar Bolsonaro.

CURTIDAS

Foco no feminino I/ A disputa pelo eleitorado feminino está ferrenha. Em suas redes sociais, a deputada Bia Kicis (PL-DF, foto) protagoniza um vídeo com uma camiseta com a seguinte inscrição "Todas as mulheres nascem iguais, mas as melhores apoiam Bolsonaro" e na parte da frente, "eu sou uma delas".

Divulgação



Foco no feminino II/ Todas as coordenações de campanha dos pré-candidatos a presidente estão convencidas de que o voto das mulheres será crucial para definir o pleito. É nesse público, por exemplo, que a senadora Simone Tebet vai lastrear seu programa de governo.

Quebrou o gelo/ A avaliação de líderes partidários é a de que o breve encontro entre o presidente Jair Bolsonaro e o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, no jantar em homenagem aos 20 anos de Gilmar Mendes no STF, serviu para abrir os canais para uma futura conversa mais alentada.

Ponto para Arthur/ A abertura de diálogo foi considerada mais um ponto para o presidente da Câmara, Arthur Lira, que fez os convites. Os líderes agora esperam que Bolsonaro e Moraes aproveitem a chance de baixar a poeira para que as eleições sejam tranquilas.

Um pouco de poesia/ Com o São João a postos, a política dá uma pausa para o lançamento do livro *Poesia para uma pessoa só*, de João Palmo, que autografa hoje a obra na Fundação Athos Bulcão, 510 Sul, de 17h às 20h.

COMBUSTÍVEIS

Muito longe do consenso

Negociações entre União e governadores emperram no Congresso. Líder do governo se queixa de estados "insensíveis"

» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

Nas últimas semanas, integrantes dos governos federal e estaduais têm buscado um acordo sobre as propostas que visam reduzir os preços dos combustíveis. No entanto, o líder do governo no Senado Federal, Carlos Portinho (PL-RJ), expressou que as reuniões estão longe de chegar a um consenso entre a União e os governos estaduais.

Portinho afirmou ontem que os governadores não estão sensíveis ao momento vivido pela população. Segundo ele, a iniciativa de zerar a alíquota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) como estratégia para redução dos preços dos combustíveis e gás de cozinha não foi abandonada, mas carece de colaboração dos estados.

"Não foi abandonada a ideia. Se tiver compromisso dos estados, é a melhor proposta. Mas o mínimo receio pelos atos que os governadores vêm adotando, insensíveis ao momento e à população, nos faz adotar essas outras alternativas, porque o que quer o governo e, principalmente o Senado, é que chegue na ponta para quem paga o preço dos combustíveis", afirmou o líder do governo.

Projetos sociais

O líder do governo aposta na PEC 16 para isso. A proposta, que deve focar em projetos sociais, como um voucher de R\$ 1.000 para caminhoneiros, aumento do vale-gás — já anunciados ao longo da semana — e também para aumentar o Auxílio Brasil, pode entrar na

pauta de votações até mesmo na próxima semana. Ontem, houve reunião com líderes partidários para debater a proposta.

"Existe uma discussão sobre a possibilidade de aumentar em R\$ 200 excepcionalmente, até o fim do ano, o Auxílio Brasil, para que a dona de casa que precisa gastar na gasolina, no botijão de gás, em algum combustível ou energia, possa ter amenizado essa despesa. O Auxílio do Brasil, o auxílio gás e o voucher caminhoneiros estão sendo tratados", complementou Portinho.

Além disso, está prevista, na PEC 16, a medida de que a União deve prestar auxílio financeiro aos estados e ao Distrito Federal para compensar perdas de arrecadação pela redução da tributação do ICMS, incidentes sobre os combustíveis. Segundo explicou o líder, o montante será originado da renúncia, por parte do Executivo, ao PIS/Cofins e Cide. O auxílio previsto na PEC foi divulgado junto às tratativas do PLP 18/2022, já sancionado.

"Há um sentimento, de todos os líderes no Senado, de que não fazer nada não é uma opção, e que a PEC, com o aporte que o governo coloca nela, de praticamente R\$ 30 bi, é um caminho", disse Portinho.

Enquanto o governo foca em cortar impostos estaduais, governadores e secretários de Fazenda preferem outras alternativas, como uma conta de equalização, que também é defendida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Há, inclusive, um projeto já aprovado por senadores, mas está parado na Câmara por influência do Ministério da Economia. O ministro Paulo Guedes é contra a medida.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Carlos Portinho (PL-RJ), líder do governo no Senado: "Fazer nada não é opção. A PEC 16 é um caminho"



No primeiro quadrimestre, houve um caixa excepcional. É um caixa causado por inflação, que tem motivos conjunturais. O questionamento é: deve-se provocar uma mudança estrutural nesse período atípico?"

Trecho da ação protocolada por 11 governadores ao Supremo Tribunal Federal

Estados: "Caridade com chapéu alheio"

Para o diretor institucional do Comitê Nacional dos Secretários de Estado da Fazenda (Comsefaz), André Horta, o fato de o Executivo anunciar uma compensação aos governadores durante a discussão do PLP 18 provocou a falsa impressão de que há uma contrapartida aos estados pelas perdas na arrecadação.

"Isso levou a crer que seria uma compensação do PLP 18, o que não é. O que de fato ocorrerá é que, se além do PLP 18, os estados resolverem baixar até zero a alíquota, ele ajudaria no diesel e no GLP. Na verdade, o auxílio mesmo a gente não está vendo se concretizar por parte da União", apontou Horta.

Insatisfeitos com o andamento

das medidas para a redução do preço dos combustíveis, governadores de 11 estados apresentaram esta semana uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que a corte considere inconstitucional a lei que mudou as regras de incidência do ICMS sobre combustíveis. A norma foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro.

A ação é assinada pelos governadores de Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Piauí, Bahia, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Sul. Horta argumenta que a forma como o processo foi levado culminou em decisões bastante prejudiciais

para os estados, mas que, agora, com a ação protocolada, haverá uma discussão judicial das várias inconstitucionalidades do projeto aprovado.

"A grande preocupação dos governadores é reduzir recursos dos estados durante uma pandemia. Reduzir recursos da saúde, da educação porque agora, no primeiro quadrimestre, houve um caixa excepcional. É um caixa causado por inflação, que tem motivos conjunturais. O questionamento é: deve-se provocar uma mudança estrutural nesse período atípico?", questionou.

No documento, os assinantes argumentam que a lei se trata de uma "caridade com chapéu alheio", e que as consequências

serão sentidas nos estados. "Uma liberalidade orçamentária a ser sofrida pelos estados, DF e municípios, todos surpreendidos pela medida unilateral, autoritária, drástica e com graves efeitos imediatos para os combalidos cofres desses entes", diz o texto.

Os governadores ainda afirmam que a norma ofende princípios constitucionais e que "feriu gravemente o pacto federativo e o princípio da autonomia dos entes subnacionais". Argumentam também que a aprovação se deu "sem qualquer estudo de impacto fiscal".

A ação judicial dos governadores ainda não teve relator designado no Supremo Tribunal Federal.